



## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 644/XIV/2.<sup>a</sup>

Recomenda ao Governo o envolvimento das Forças Armadas nas ações de planeamento e operacionalização das medidas e ações que vierem a ser adotadas nesta nova fase de combate à pandemia, nomeadamente no apoio aos cidadãos em situação de maior vulnerabilidade e risco, como é o caso do apoio aos lares e instituições sociais de todo o país que prestam serviços a esta franja da população mais vulnerável.

As Forças Armadas tiveram, desde o primeiro momento, um papel fundamental e altamente diferenciador, na contenção dos efeitos da pandemia da covid-19, não apenas no apoio ao Serviço Nacional de Saúde como também no apoio direto à população.

Com efeito, os nossos militares desenvolveram, com elevada competência, ao longo dos primeiros meses desta pandemia, diversas ações de descontaminação de lares, escolas, estabelecimentos prisionais e outras instituições de cariz social, respondendo aos pedidos de ajuda que lhe foram chegando dos outros órgãos do Estado. Desenvolveram ainda diversas ações de sensibilização no âmbito das boas práticas higiénico-sanitárias em diversas escolas do país.

A importância da intervenção das Forças Armadas no combate a cenários complexos como é o caso da pandemia COVID-19, tem sido reconhecida também no plano europeu com diversos países, como Espanha, a reclamar a participação das Forças Armadas para auxiliar nas ações de contenção deste surto pandémico.

O Partido Social Democrata sempre afirmou desde o início do combate a esta pandemia que as Forças Armadas são o agente de proteção civil preferencial e melhor preparado para este tipo de missões complexas, em virtude das valências multidisciplinares e cultura organizacional.

Mas sempre defendemos que a intervenção das Forças Armadas neste tipo de missões não pode ser a de um mero dispensador de meios, humanos ou materiais. As Forças Armadas devem assumir um papel decisivo planeamento e operacionalização das ações de combate à covid-19, permitindo, com isso, uma melhor racionalização e empenhamento dos meios, representando mais eficiência no resultado.

Assim, num momento em que o número de casos está a aumentar em Portugal e também na Europa, o papel que as Forças Armadas podem desempenhar na contenção desta pandemia, sobretudo no apoio aos cidadãos que se encontram em situações de maior risco e vulnerabilidade, é verdadeiramente crucial.

Como já afirmámos, as Forças Armadas estão preparadas e devem ter um papel fundamental no planeamento e operacionalização das ações a adotar nesta nova fase de combate à pandemia, sobretudo num momento em que o país retoma a atividade escolar e se aproxima a época da gripe.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

**Tendo em conta o papel de agente de proteção civil preferencial das Forças Armadas no combate a este tipo de missões complexas de combate à pandemia, recomenda-se ao Governo que envolva as Forças Armadas no planeamento e operacionalização das ações a adotar nesta nova fase de combate à pandemia, designadamente nas ações de apoio aos cidadãos em situação de maior vulnerabilidade e de risco como é o caso dos lares e demais instituições sociais de todo o país que prestam serviços a esta franja da população mais desprotegida.**

Palácio de São Bento, 22 de setembro de 2020

Os Deputados,

**Ana Miguel dos Santos**

**Adão e Silva**

**Carlos Eduardo Reis**

**Fernando Negrão**

**Olga Silvestre**

**Paulo Moniz**

**Sérgio Marques**

**Pedro Roque**